



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD) CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - CFO/PMPA/2020

EDITAL Nº 01-CFO/PMPA/SEPLAD, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

CFO/PMPA

Tipo "A"

Data da prova: domingo, 22/11/2020

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e (uma) questão discursiva;
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Otimismo é esperar pelo melhor.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões das provas objetiva e discursiva 4 (quatro) horas após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador do local de provas.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA Questões de 1 a 5

Texto 1 para responder às questões de 1 a 3.

O caráter especial do Direito Penal Militar

O Direito Penal Militar é o complexo de normas jurídicas destinadas a assegurar a realização dos fins essenciais das instituições militares e pode ser definido como a parte do Direito Penal consistente no conjunto de normas que definem os crimes contra a ordem jurídica militar, cominando-lhes penas, impondo medidas de segurança e estabelecendo as causas condicionantes, excludentes e modificativas da punibilidade, normas essas jurídicas positivas, cujo estudo ordenado e sistemático constitui a ciência do Direito Penal Militar.

O objeto da ciência do Direito Penal é a proteção de bens ou interesses juridicamente relevantes. Defende-se que o Direito Penal seja a *ultima ratio*, pois esse ramo do Direito somente deve preocupar-se com os bens mais importantes e necessários à vida em sociedade, e ainda, quando os demais ramos do Direito não forem capazes de tutelar.

O conceito de bem jurídico é variável no tempo e está ligado àquilo que a sociedade considera como relevante em um dado momento histórico-social. É por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, porém sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.

Nesse contexto, é preciso argumentar que as instituições militares, as Forças Armadas, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares têm missões de extrema importância quanto à preservação das liberdades públicas, pois cabe-lhes a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, o policiamento ostensivo preventivo, a preservação da ordem pública e as atividades de defesa civil. Assim, considerando as missões constitucionalmente atribuídas, o bem jurídico tutelado pelo Direito Penal Militar é bastante específico e difere-se do bem jurídico tutelado pelo Direito Penal Comum.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao27.pdf>>. Acesso em: 1º jan. 2021, com adaptações.

QUESTÃO 1

Com relação à tipologia e ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro período do texto corresponde ao tópico frasal de um parágrafo introdutório, em que se apresenta um ponto de vista acerca da relevância da ciência do Direito Penal Militar.
- (B) O primeiro e o último parágrafos apresentam características de texto injuntivo, visto que pretendem convencer o leitor de que o conceito de Direito Penal Militar difere do de Direito Penal Comum, o qual sofre alterações conforme o momento histórico-social.
- (C) O texto é predominantemente descritivo e apresenta o conceito de bem jurídico para caracterizar, de forma diferenciada, o Direito Penal Militar.
- (D) O texto é predominantemente informativo, já que apresenta conhecimentos que compõem uma breve conceituação a respeito do Direito Penal Militar.
- (E) Os parágrafos de desenvolvimento são narrativos, mas defendem um ponto de vista, pois apresentam a história do Direito Penal Militar, diferenciando-o, em essência, do Direito Penal Comum, embora ambos estejam, precipuamente, ligados à Constituição Federal.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa em que a reescritura do primeiro parágrafo não compromete o sentido geral do texto e a correção gramatical.

- (A) “O Direito Penal Militar corresponde a um conjunto de regras gerais que asseguram o objetivo central das instituições militares e se define como parte do Direito, mas que define apenas os crimes militares, impondo, a todos os cidadãos, penas, medidas de segurança, causas condicionantes, excludentes e modificativas da punibilidade, normas jurídicas que são positivas, cujo o estudo ordenado e sistemático constitui a ciência do Direito Penal Militar.”
- (B) “Normas jurídicas, com a finalidade de assegurar a realização dos fins elementares das instituições militares, compõe o Direito Penal Militar, o qual pode ser definido como integrante do Direito Penal que define os crimes contra a ordem jurídica militar, impondo-lhes penas e medidas de segurança, bem como estabelecendo as causas condicionantes, excludentes e modificativas da punibilidade, normas jurídicas positivas por natureza, cuja a pesquisa sistemática constitui a ciência do Direito Penal Militar.”
- (C) “Ser a parte do Direito Penal que consiste no conjunto de normas que caracterizam os crimes contra a ordem jurídica militar pode ser a definição de Direito Penal Militar, ou seja, Direito Penal Militar é o complexo de normas jurídicas com o objetivo de assegurar a realização dos fins fundamentais das instituições militares e comina penas aos militares, impõe medidas de segurança, estabelece as causas condicionantes, excludentes e modificativas da punibilidade, todas normas jurídicas positivas, cujo estudo ordenado e sistemático constitui a ciência do Direito Penal Militar.”
- (D) “O Direito Penal Militar é o complexo de normas jurídicas destinadas a assegurarem a realização dos fins mais básicos das instituições e podem ser caracterizados como a parte do Direito Penal com normas que definem os crimes contra a ordem jurídica militar, a qual comina aos militares penas, impondo medidas de segurança e estabelecendo as causas condicionantes, excludentes e modificativas da punibilidade. Essas normas jurídicas são positivas e o seu estudo ordenado e sistemático constitui a disciplina do Direito Penal Militar.”
- (E) “O Direito Penal Militar é o complexo de normas jurídicas que asseguram a realização dos objetivos fundamentais das instituições militares e podem ser conceituados como a parte do Direito Penal com as normas que definem os crimes contra a ordem jurídica militar, cominando a eles penas, impondo medidas de segurança e estabelecendo as causas condicionantes, excludentes e modificativas da punibilidade, normas essas jurídicas positivas, cujo o estudo organizado constitui a disciplina do Direito Penal Militar.”

Área livre

QUESTÃO 3

Considerando o trecho “É por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, porém sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.” (linhas de 19 a 23), assinale a alternativa em que, substituindo e (ou) deslocando a palavra sublinhada mantenha-se o sentido geral do texto e a correção gramatical.

- (A) “É por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, entretanto sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.”
- (B) “Contudo, é por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.”
- (C) “É por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, mais modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.”
- (D) “É por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, além de sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.”
- (E) “É por isso que o Direito Penal vive em constante movimento e atualização, modificando-se de acordo com a evolução da sociedade, já que sempre com esteio na Constituição Federal, cujos valores são norteadores de todos os ramos do Direito.”

Área livre

Texto 2 para responder às questões 4 e 5.

1 Recentemente, em 2015, a Lei nº 13.104 alterou o art. 121 do Código Penal Brasileiro, para prever o feminicídio. A referida lei criou também causa de aumento de 1/3 até 1/2 para os casos em que o feminicídio tenha sido praticado dentro de certas hipóteses ou circunstâncias elencadas na norma, além de incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

4 Paralelamente, no âmbito do Direito Internacional, o Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, da Organização das Nações Unidas (ONU), e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA). São medidas legislativas que representam conquistas relevantes em prol da efetivação dos direitos humanos, notadamente, quanto aos direitos das mulheres. Em matéria de políticas públicas, atualmente, o Brasil conta com ações diversificadas por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres, que possui um programa de ação conjunta que envolve diferentes setores, em especial: assistência social, justiça e segurança pública. O programa visa ampliar e melhorar a qualidade do atendimento à mulher em situação de violência, à humanização e ao adequado encaminhamento das causas. Assim, considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher, tornou-se necessária a implantação, por meio do Estado brasileiro, de diversas medidas coibidoras desse tipo de violência. Considera-se que a lei possui um aspecto sistêmico de proteção à mulher vítima de violência doméstica, na medida em que trouxe um conjunto de medidas que abrangem áreas da sociologia, da psicologia e do Direito, com destaque aos órgãos policiais e demais órgãos de apoio às ações de proteção, como casas de acolhimento, assistentes sociais municipais e outros.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao27.pdf>>. Acesso em: 1º jan. 2021, com adaptações.

QUESTÃO 4

No último período do texto, a locução “na medida em que” (linha 28) apresenta a

- (A) razão de a lei possuir um aspecto sistêmico de proteção à mulher vítima de violência e, por isso, essa locução pode ser substituída por **na medida que**, sem que haja alteração de sentido e nem prejuízo gramatical.
- (B) noção de que quanto mais leis maior garantia de proteção às mulheres por parte da sociedade civil e dos órgãos policiais. Desse modo, é correto substituir essa locução por **a medida que**.
- (C) explicação do porquê de o fato de a lei possuir um caso sistêmico de proteção à mulher vítima de violência doméstica gerar medidas protetivas em diversas áreas. Assim, essa locução pode ser substituída por **uma vez que**, sem alteração de sentido e nem prejuízo gramatical.
- (D) relação entre a criação de leis e a proteção à mulher vítima de violência em diversos aspectos. Assim, a locução mencionada pode ser substituída por **à proporção que**, sem alteração de sentido e nem prejuízo gramatical.
- (E) ideia de que um conjunto de medidas policiais e sociais, que abrangem áreas diversas, resultam no fato de se considerar que a lei possui um aspecto sistêmico de proteção à mulher vítima de violência. Dessa maneira, essa locução pode ser substituída por **visto que**, sem que haja alteração de sentido e nem prejuízo gramatical.

QUESTÃO 5

No período “Assim, considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher, tornou-se necessária a implantação, por meio do Estado brasileiro, de diversas medidas coibidoras desse tipo de violência.” (linhas de 23 a 26), justifica-se a pontuação porque os elementos

- (A) advérbias que expressam retificação, como “Assim”, devem ser seguidos de vírgula, bem como expressões advérbias deslocadas, como “considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher” e “por meio do Estado brasileiro”, devem estar sempre entre vírgulas.
- (B) que expressam conclusão, como “Assim”, em geral são seguidos de vírgula, bem como orações advérbias deslocadas, como “considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher”, devem estar sempre entre vírgulas.
- (C) advérbias que expressam ratificação, como “Assim”, devem ser seguidos de vírgula, bem como expressões advérbias, como “considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher” e “por meio do Estado brasileiro”, devem estar sempre entre vírgulas.
- (D) que expressam explicação, como “Assim”, devem ser seguidos de vírgula, bem como orações reduzidas de gerúndio, como “considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher”, e expressões intercaladas, como “por meio do Estado brasileiro”, devem estar sempre entre vírgulas.
- (E) que expressam ratificação, como “Assim”, devem ser seguidos de vírgula, bem como orações reduzidas, como “considerando o caráter multidimensional do problema da violência doméstica contra a mulher” e, em geral, expressões intercaladas, como “por meio do Estado brasileiro”, usam vírgulas por questões estilísticas.

Área livre

DIREITOS HUMANOS

Questões 6 e 7

QUESTÃO 6

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa (CNDH) tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. Assinale a alternativa que indica sanções a serem aplicadas pelo CNDH.

- (A) Multa, restrição de direitos, limitação de final de semana e embargo econômico.
- (B) Multa, recomendação de afastamento de cargo, função ou emprego na administração pública direta, indireta ou fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios do responsável por conduta ou situações contrárias aos direitos humanos, advertência e prisão.
- (C) Advertência, censura pública, recomendação de afastamento de cargo, função ou emprego na administração pública direta, indireta ou fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios do responsável por conduta ou situações contrárias aos direitos humanos, recomendação de que não sejam concedidos auxílios, verbas ou subvenções a entidades comprovadamente responsáveis por condutas ou situações contrárias aos direitos humanos.
- (D) Recomendação de que não sejam concedidos auxílios, verbas ou subvenções a entidades comprovadamente responsáveis por condutas ou situações contrárias aos direitos humanos, multa, censura e limitação de final de semana.
- (E) Multa, admoestação verbal, advertência escrita e recomendação de afastamento de cargo, função ou emprego na administração pública direta, indireta ou fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios do responsável por conduta ou situações contrárias aos direitos humanos, advertência e prisão.

QUESTÃO 7

O Pacto de São José da Costa Rica, ou Convenção Interamericana de Direitos Humanos, constitui um documento jurídico solene, no âmbito internacional, ratificado pelos Estados Americanos no sentido de consolidar, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais em relação ao continente americano. Acerca desse assunto, é correto afirmar que são órgãos competentes para conhecer de assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos estados-partes nessa Convenção a

- (A) Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).
- (B) Organização das Nações Unidas (ONU) e a Corte Internacional de Justiça (CIJ).
- (C) Organização dos Estados Americanos e a ONU.
- (D) Corte IDH e a CIJ.
- (E) União Europeia e a ONU.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL
Questões de 8 a 13

QUESTÃO 8

A promoção de praças da Polícia Militar do Pará é disciplinada pela Lei Estadual nº 8.230/2015. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A edição do ato de promoção é de competência única e exclusiva do governador do estado.
- (B) Não existe a possibilidade de promoção por ressarcimento de preterição.
- (C) A praça que estiver no exercício de cargo público civil temporário, não eletivo, poderá constar no quadro de acesso por merecimento.
- (D) A promoção é um ato judicial.
- (E) As promoções devem obedecer rigorosamente ao planejamento do setor de pessoal da corporação.

QUESTÃO 9

De acordo com a Lei Estadual nº 8.388/2016, a promoção que se fundamenta na precedência hierárquica de um oficial sobre os demais de igual posto é denominada promoção por

- (A) antiguidade.
- (B) bravura.
- (C) merecimento.
- (D) tempo de serviço.
- (E) *post mortem*.

QUESTÃO 10

O Decreto-Lei nº 667/1969 foi elaborado com a finalidade de reorganizar as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal. Considerando a referida legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibida a contratação de profissionais civis para prestar assistência médica às polícias militares, a qual somente pode ser prestada por oficiais médicos, dentistas e farmacêuticos.
- (B) O ingresso na carreira militar é obrigatório; assim, o recrutamento de praças para as polícias militares não obedece ao voluntariado.
- (C) Os policiais militares nomeados ou designados para atuarem no gabinete de vice-governador deixam de estar no exercício de função de natureza policial militar ou de interesse policial militar.
- (D) Em princípio, o oficial da ativa, do último posto, da própria corporação exercerá o comando das polícias militares.
- (E) O período em que o policial militar ocupa cargo de natureza civil temporário não será computado como tempo de serviço para promoção por antiguidade.

QUESTÃO 11

Em consonância com o previsto na Lei Complementar Estadual nº 53/2006, que trata da organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos de direção são as unidades operacionais de polícia ostensiva, considerados a atividade-fim da corporação.

- (B) A criação, a denominação, a localização, a circunscrição, a transformação, a extinção e a estruturação de órgãos de direção e execução da polícia militar são de competência do governador do estado, mediante decreto e por proposta do comandante-geral da polícia militar.
- (C) O Alto Comando da Polícia Militar é um órgão singular, equiparado a secretários de estado.
- (D) A Academia de Polícia Militar é vinculada ao Departamento-Geral de Educação e Cultura, responsável apenas pela realização de cursos de formação, sem competência para o desenvolvimento de altos estudos e pesquisas científicas de segurança.
- (E) Em que pese não tenha exclusividade, o oficial da Polícia Militar do Pará pode investigar infrações penais militares.

QUESTÃO 12

No que tange às espécies de punição disciplinar, descritas no Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual nº 6.833/2006), a reforma administrativa disciplinar consiste no(a)

- (A) afastamento do policial militar do serviço, por prazo não superior a 15 dias, sem desconto em folha de pagamento.
- (B) declaração do tribunal competente a respeito da indignidade ou incompatibilidade com o oficialato, com a consequente perda do posto e da patente.
- (C) admoestação, por escrito, lançada nos assentamentos funcionais do policial.
- (D) passagem do policial militar em atividade para a inatividade, em vista da constatação da falta de condições para o desempenho das suas funções no serviço ativo.
- (E) cerceamento da liberdade do punido, que deve permanecer nas dependências do aquartelamento.

QUESTÃO 13

Acerca da deserção, prevista no Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.251/1985), é correto afirmar que

- (A) o desertor que for capturado será reincluído em definitivo na polícia militar, mesmo que não haja sentença do Conselho de Justiça.
- (B) a deserção gera a interrupção do serviço policial militar, bem como a demissão *ex-officio* para a praça.
- (C) a demissão do aspirante-a-oficial será processada após seis meses de agregação.
- (D) ainda que o policial militar desertor apresente-se voluntariamente, não será reincluído no serviço ativo.
- (E) haverá a exclusão automática da praça, sem estabilidade assegurada, após oficialmente declarada desertora.

Área livre

DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões de 14 a 18

QUESTÃO 14

Considerada dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Entre os órgãos que a exercem, estão a(s)

- (A) polícia federal, a polícia rodoviária federal e a segurança privada dos municípios.
- (B) polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares da União e dos estados.
- (C) polícias penais, federal, estaduais e municipais.
- (D) polícias civis, a polícia federal e a polícia ferroviária federal.
- (E) polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias ferroviárias estaduais.

QUESTÃO 15

De acordo com o texto da Constituição de 1988, fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, constitui competência exclusiva do(a)

- (A) Congresso Nacional.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (E) Polícia Federal.

QUESTÃO 16

No que se refere ao poder constituinte e aos conceitos relacionados à Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Os direitos adquiridos são oponíveis ao poder constituinte originário, com o fim de evitar o retrocesso social.
- (B) Para emendar a Constituição de 1988, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará necessita tão somente se manifestar com dois terços de seus membros.
- (C) Entre as classificações existentes, a Constituição de 1988 pode ser considerada como constituição prolixa e semirrígida.
- (D) A forma federativa de Estado, a separação de Poderes e o voto direto, secreto e obrigatório são exemplos de cláusulas pétreas.
- (E) De acordo com o texto constitucional de 1988, a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Área livre

QUESTÃO 17

Com base no texto constitucional de 1988, o mandado de injunção poderá ser concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviáveis o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e o (a)

- (A) exercício de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.
- (B) gozo das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (C) exercício da liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou a anulação de ato lesivo de entidade de que o Estado participe.

QUESTÃO 18

Nomear e exonerar ministros de Estado, vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e organizar o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa e nem criação ou extinção dos órgãos públicos, são atribuições do(a)

- (A) presidente do Congresso Nacional.
- (B) procurador-geral da República.
- (C) presidente da República.
- (D) comissão parlamentar de inquérito.
- (E) presidente do Supremo Tribunal Federal.

Área livre

DIREITO ADMINISTRATIVO
Questões de 19 a 23

QUESTÃO 19 _____

Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que são agentes administrativos os

- (A) empregados públicos.
- (B) agentes delegados.
- (C) agentes políticos.
- (D) agentes honoríficos.
- (E) agentes credenciados.

QUESTÃO 20 _____

No que tange ao poder vinculado, também denominado regrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Corresponde ao direito que confere à Administração Pública, de modo explícito ou implícito, limites para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, sua oportunidade e seu conteúdo.
- (B) Refere-se àquele no qual a Administração tem, por meio do chefe do Executivo, de explicar a lei para a sua correta execução.
- (C) A Administração tem, por intermédio do chefe do Executivo, de expedir decretos autônomos acerca de matéria de sua competência, vinculada a determinada lei.
- (D) Remete ao direito que confere à Administração Pública, de modo explícito ou implícito, limites para a prática de atos administrativos sem liberdade, mas ainda com base na conveniência, na oportunidade e no conteúdo do ato.
- (E) É aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.

QUESTÃO 21 _____

Assinale a alternativa que indica um dos atributos dos atos administrativos.

- (A) Competência
- (B) Finalidade
- (C) Imperatividade
- (D) Motivo
- (E) Objeto

QUESTÃO 22 _____

Concessão é a delegação contratual ou legal de execução do serviço público

- (A) na forma autorizada e regulamentada pela Administração, inclusive quando dispensada a licitação na qual o usuário arcará com a tarifa.
- (B) na forma autorizada e regulamentada pela Administração, após processo licitatório e na qual o usuário arcará com a tarifa.
- (C) na forma autorizada e regulamentada pela Administração, após processo licitatório e na qual a Administração Pública arcará com a tarifa.

- (D) e consiste em contrato entre a Administração e o particular, vinculado aos termos do pacto de natureza precária, em que a Administração consente na execução, por particular, de serviços para atender a interesses coletivos.
- (E) e representa contrato discricionário e precário que a Administração, após prévia licitação, consente ao particular para execução de serviços de interesses coletivos.

QUESTÃO 23 _____

É considerada uma das características dos contratos administrativos

- (A) ser *intuitu personae*.
- (B) ser informal.
- (C) não ser comutativo.
- (D) não ter natureza de contrato de adesão.
- (E) não conter cláusulas exorbitantes.

DIREITO CIVIL
Questões de 24 a 26

QUESTÃO 24 _____

Os registros públicos existem para oferecer segurança jurídica à vida social. De acordo com o Código Civil, no Registro Público, dispensa-se o registro de

- (A) casamento.
- (B) nascimento.
- (C) óbito.
- (D) união estável.
- (E) emancipação.

QUESTÃO 25 _____

O instituto jurídico que viabiliza a aquisição da propriedade em razão do exercício continuado da posse, durante certo lapso de tempo, mediante a superação dos requisitos estabelecidos em lei, é o (a)

- (A) hipoteca.
- (B) usucapião.
- (C) penhor.
- (D) enfiteuse.
- (E) usufruto.

QUESTÃO 26 _____

Assinale a alternativa correspondente ao instituto jurídico que permite a anulação de um negócio jurídico celebrado em razão de grave ameaça de dano iminente e considerável à família de um dos contratantes.

- (A) Fraude contra credores
- (B) Dolo
- (C) Lesão
- (D) Erro
- (E) Coação

Área livre

PROCESSO CIVIL
Questões de 27 a 29

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa que indica situação na qual é admitida a interposição de *habeas corpus* no direito processual civil brasileiro.

- (A) Uma sociedade anônima tem indeferido, pelo poder público, o requerimento de um alvará.
- (B) A autoridade pública, de forma equivocada, aplica multa de trânsito diante de infração inexistente.
- (C) O juiz decreta a prisão civil do depositário infiel.
- (D) Antes do trânsito em julgado de uma sentença civil, o juiz determina a incidência de multa de 10% na hipótese de seu não cumprimento voluntário pela parte.
- (E) Uma empresa tem bens percíveis ilegalmente apreendidos pela Receita Federal.

QUESTÃO 28

A ação que permite a qualquer cidadão pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos estados, dos municípios, entre outras pessoas jurídicas, é a (o)

- (A) ação popular.
- (B) *habeas data*.
- (C) mandado de injunção.
- (D) ação civil pública.
- (E) *habeas corpus*.

QUESTÃO 29

Em uma demanda em tramitação no Juizado Especial Cível, envolvendo relação de consumo, após a audiência de instrução ter sido realizada, o juiz profere sentença condenando uma empresa a restituir R\$ 1mil ao consumidor. Caso a empresa não concorde com a sentença, que recurso ela deve interpor?

- (A) Recurso especial
- (B) Agravo de instrumento
- (C) Embargos infringentes
- (D) Recurso inominado
- (E) Recurso extraordinário

Área livre

DIREITO PENAL
Questões de 30 a 34

QUESTÃO 30

Encontram-se expressamente previstos na Constituição Federal os princípios penais da

- (A) legalidade, da anterioridade e da responsabilidade pessoal da pena.
- (B) territorialidade e da extraterritorialidade incondicionada.
- (C) insignificância e da adequação social.
- (D) consunção, da subsidiariedade e da especialidade.
- (E) mínima ofensividade e da alternatividade.

QUESTÃO 31

Considere hipoteticamente que um funcionário público brasileiro, cometeu, em país estrangeiro, um crime contra a administração pública brasileira, enquanto estava no exercício das respectivas funções. No que se refere à lei penal no espaço, é correto afirmar que o servidor responderá pelo crime praticado, segundo a legislação brasileira, em razão da aplicação do princípio da

- (A) territorialidade.
- (B) extraterritorialidade condicionada, dependendo, entretanto, de requisição do ministro da Justiça.
- (C) extraterritorialidade condicionada, dependendo, no entanto, do seu ingresso no território nacional.
- (D) extraterritorialidade incondicionada, sendo irrelevante o fato de ter sido absolvido ou condenado em país estrangeiro.
- (E) extraterritorialidade condicionada, dependendo, contudo, da existência de acordo ou de tratado de extradição.

QUESTÃO 32

Certa pessoa, com inequívoca intenção de subtrair o patrimônio alheio, ingressou na residência vizinha, sem o consentimento do respectivo proprietário, levando consigo um computador, avaliado em R\$ 3 mil e pertencente à vítima, que, no momento dos fatos, encontrava-se no local de trabalho. Em relação à situação hipotética descrita, essa pessoa

- (A) deveria responder apenas pelo crime de violação de domicílio (art. 150 do Código Penal), em atenção ao princípio da mínima ofensividade.
- (B) deveria responder apenas pelo crime de furto (art. 155 do Código Penal), em atenção ao princípio da consunção.
- (C) deveria responder pelos crimes de furto (art. 155 do Código Penal) e de violação de domicílio (art. 150 do Código Penal), em concurso material.
- (D) deveria responder apenas pela contravenção penal de perturbação do trabalho ou do sossego alheios (art. 42 do Decreto-lei nº 3.688/1941).
- (E) não deveria responder por crime nenhum, diante do princípio da insignificância.

QUESTÃO 33

Um motorista, ao procurar o seu automóvel em um estacionamento público, ingressou, por descuido, em um veículo idêntico ao dele, cujo dispositivo de destravamento das portas havia sido acionado pelo verdadeiro proprietário, que se dirigia ao respectivo veículo e, ao perceber a situação, gritou e chamou a atenção de uma viatura da polícia militar que passava pelo local, a qual efetuou a prisão em flagrante do motorista. Considerando apenas os fatos narrados nesse caso hipotético, é correto afirmar que o motorista incorreu em um (uma)

- (A) arrependimento posterior.
- (B) erro de proibição.
- (C) uma desistência voluntária.
- (D) um arrependimento eficaz.
- (E) erro de tipo.

QUESTÃO 34

Um policial militar, no exercício das suas funções em uma *blitz* de rotina, foi surpreendido por um condutor que lhe ofereceu uma vantagem indevida caso ele liberasse o veículo imediatamente, sem a fiscalização de praxe. O policial, então, recusou a oferta e deu voz de prisão a esse condutor do veículo. Tendo em vista os fatos hipotéticos narrados, o comportamento desse condutor é

- (A) atípico.
- (B) típico e caracteriza o crime de corrupção ativa tentada.
- (C) típico e caracteriza o crime de corrupção ativa consumada.
- (D) típico e caracteriza o crime de corrupção passiva tentada.
- (E) típico e caracteriza o crime de corrupção passiva consumada.

Área livre

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questões de 35 a 39

QUESTÃO 35

Com a finalidade de apurar crimes contra a Administração Pública, a autoridade policial instaurou, de ofício, inquérito policial requerendo diversas diligências ao Poder Judiciário local, como a busca e a apreensão de documentos e interceptações telefônicas dos investigados. Ouvido o Ministério Público, o juiz competente deferiu as medidas de forma fundamentada, que foram devidamente cumpridas a seu tempo e modo, sendo posteriormente documentadas por autoridades responsáveis pela investigação. Em seguida, um dos indiciados constituiu advogado que requereu, formalmente, à autoridade policial amplo acesso ao procedimento investigatório.

Considerando essa situação hipotética, com base na jurisprudência a respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A defesa constituída não tem direito de acesso ao procedimento investigatório que, pela própria natureza inquisitória, tem como característica fundamental o sigilo ao menos até o recebimento da denúncia.
- (B) O defensor constituído tem direito, no interesse do representado, a acesso restrito aos elementos de prova, ainda que já documentados no procedimento investigatório, de modo a não prejudicar a continuidade das investigações.
- (C) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso apenas àqueles elementos de prova que digam respeito diretamente ao seu direito de ir e vir, como, por exemplo, o decreto de prisão temporária ou preventiva, mas não a outras diligências, como a busca e a apreensão de documentos e os resultados da interceptação telefônica decretados judicialmente, ainda que já documentados no procedimento investigatório.
- (D) O defensor tem o direito de, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, ainda que pendentes de realização e documentação no curso do respectivo procedimento investigatório, em homenagem ao devido processo legal e à ampla defesa, sob pena de nulidade e apuração de responsabilidade civil, administrativa e penal.
- (E) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Área livre

QUESTÃO 36

Com relação ao tema jurisdição e competência, assinale a alternativa correta.

- (A) Não sendo conhecido o lugar da infração, o juiz que primeiramente tomar conhecimento do fato será competente.
- (B) Nos casos de exclusiva ação pública, o Ministério Público poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- (C) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, quais sejam o homicídio, o aborto, a instigação ao suicídio, o infanticídio e o latrocínio, consumados ou tentados.
- (D) Ocorre a conexão quando a prova de uma infração, ou de qualquer de suas circunstâncias elementares, influir na prova de outra infração.
- (E) Ocorre a continência quando, existindo duas ou mais infrações, tiverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas, umas contra as outras.

QUESTÃO 37

No que se refere ao regramento legal e constitucional concernente à teoria das provas, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a infração deixar vestígios, o exame de corpo de delito, direto ou indireto, será indispensável, mas a confissão do acusado poderá supri-lo.
- (B) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- (C) Havendo mais de um acusado, os interrogatórios devem ocorrer, preferencialmente, de forma conjunta e simultânea.
- (D) A confissão será indivisível e irretroatável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- (E) As buscas domiciliares serão executadas de dia ou de noite, independentemente do consentimento do morador, desde que autorizadas por ordem judicial escrita e fundamentada, sendo que, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

QUESTÃO 38

Acerca das prisões, das medidas cautelares e da liberdade provisória, assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
- (B) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz a requerimento das partes, ou, ainda, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público, independentemente de qualquer juízo de adequação da medida à gravidade do crime, às circunstâncias do fato ou mesmo às condições pessoais do indiciado ou acusado.

- (C) É permitido, de acordo com a discricionariedade da autoridade policial, o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e no decorrer do trabalho de parto, assim como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
- (D) As autoridades policiais e seus agentes, bem como qualquer um do povo, deverão obrigatoriamente prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (E) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração penal de menor potencial ofensivo.

QUESTÃO 39

Em relação ao instituto do *habeas corpus* (HC), assinale a alternativa correta.

- (A) Dar-se-á HC sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar militar.
- (B) A concessão do HC põe termo, automaticamente, ao respectivo processo.
- (C) O HC poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público, mas a sua análise meritória está condicionada pela legislação processual brasileira ao recolhimento das respectivas custas e despesas processuais.
- (D) A decisão no julgamento do HC será tomada por maioria de votos e, em caso de empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.
- (E) Se o HC for concedido em virtude de eventual nulidade do processo, este não poderá ser renovado.

Área livre

DIREITO PENAL MILITAR
Questões de 40 a 47

QUESTÃO 40

Segundo o Código Penal Militar, o crime militar de falsidade ideológica caracteriza-se quando o agente pratica a conduta de

- (A) atestar ou certificar falsamente, em razão de função, ou profissão, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo, posto ou função, ou isenção de ônus ou de serviço, ou qualquer outra vantagem, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (B) falsificar, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou alterar documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (C) omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade referente a fato juridicamente relevante, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (D) destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento verdadeiro, de que não podia dispor, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.
- (E) usar, como próprio, documento de identidade alheia, ou de qualquer licença ou privilégio em favor de outrem, ou ceder a outrem documento próprio da mesma natureza, para que dele se utilize, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar.

QUESTÃO 41

Trata-se de caso assimilado de deserção, conforme previsto no art. 188 do Código Penal Militar, a conduta do

- (A) militar preso por evadir-se usando de violência contra a pessoa.
- (B) militar que deixa de se apresentar no momento da partida do navio ou da aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve.
- (C) oficial que deixa de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber, encontrar-se entre os seus comandados.
- (D) militar que deixa de se apresentar à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.
- (E) militar que não se apresenta no lugar designado, dentro de oito dias, findo o prazo de trânsito ou de férias.

Área livre

QUESTÃO 42

A respeito da pena principal de reforma, o Código Penal Militar prevê que ela

- (A) será convertida em pena de prisão e cumprida em estabelecimento penal militar, quando não cabível a suspensão condicional.
- (B) sujeita o condenado à situação de inatividade, não podendo perceber mais de um 25 avos do soldo, por ano de serviço, nem receber importância superior à do soldo.
- (C) sujeita o condenado ao cumprimento da pena aplicada pela Justiça Militar em estabelecimento prisional civil, ficando ele sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões também poderá gozar.
- (D) sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, sem prejuízo da instrução militar.
- (E) sujeita o condenado à agregação, ao afastamento, ao licenciamento ou à disponibilidade, pelo tempo fixado na sentença, sem prejuízo do seu comparecimento regular à sede do serviço.

QUESTÃO 43

Uma das causas extintivas da punibilidade, previstas no Código Penal Militar, é a (o)

- (A) restituição imediata da coisa no furto de uso.
- (B) ressarcimento do dano causado no furto simples, antes de instaurada a ação penal.
- (C) ressarcimento do dano, no peculato culposo.
- (D) ressarcimento do dano, no estelionato.
- (E) restituição da coisa ao seu dono ou a reparação do dano causado na receptação.

QUESTÃO 44

No que se refere às penas acessórias previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena acessória de confisco dos instrumentos e dos produtos do crime é aplicada nos casos de bens cujo fabrico, alienação ou uso constituam fato ilícito.
- (B) A pena acessória de interdição de estabelecimento comercial ou industrial, ou de sociedade ou associação, pode ser decretada por tempo não inferior a 15 dias, nem superior a seis meses.
- (C) A perda de posto e patente resulta da condenação à pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, e importa a perda das condecorações.
- (D) A condenação do oficial à pena privativa de liberdade, por tempo superior a dois anos, importa sua exclusão das Forças Armadas.
- (E) Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, pelo crime militar de deserção.

Área livre

QUESTÃO 45

De acordo com o art. 9º do Código Penal Militar, são crimes militares em tempo de paz todos os previstos na(o)

- (A) legislação comum, quando praticados por militares da reserva contra civis, fora de área sob administração militar.
- (B) legislação comum, quando praticados por militares reformados contra civis.
- (C) legislação comum, quando praticados por civis contra militares da reserva ou reformados.
- (D) legislação comum, que não atentem contra as instituições militares, praticados por civil contra militar da ativa, ainda que a circunstância de militar da ativa da vítima seja ignorada pelo agente criminoso.
- (E) Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

QUESTÃO 46

O Código Penal Militar, em relação ao estado de necessidade, adota a teoria diferenciadora, prevendo expressamente tanto a figura do estado de necessidade como excludente de culpabilidade quanto o estado de necessidade como excludente de crime. Considera-se em estado de necessidade excludente de culpabilidade aquele

- (A) que, pratica o fato para preservar direito seu ou alheio, de perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, desde que o mal causado, por sua natureza e importância, seja consideravelmente inferior ao mal evitado, e o agente não seja legalmente obrigado a arrostar o perigo.
- (B) que, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe seja razoavelmente exigível conduta diversa.
- (C) que, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atingir uma pessoa em vez de outra, o qual responderá como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir.
- (D) que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- (E) que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, seja, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Área livre

QUESTÃO 47

O Código Penal Militar prevê, no art. 89, a possibilidade da concessão do livramento condicional para o condenado à pena de reclusão ou de detenção por tempo

- (A) igual ou superior a dois anos, desde que tenha cumprido mais de um terço da pena, se não for reincidente em crime doloso e desde que tenha bons antecedentes.
- (B) inferior a dois anos, desde que tenha cumprido dois terços da pena, se reincidente.
- (C) igual ou superior a dois anos, desde que tenha cumprido mais da metade, se reincidente em crime doloso.
- (D) igual ou superior a dois anos, desde que tenha cumprido metade da pena, se primário.
- (E) inferior a dois anos, desde que tenha cumprido um terço da pena, se primário.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR Questões de 48 a 55

QUESTÃO 48

Quanto à ação penal militar e ao seu exercício, considerando as disposições constantes do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar.
- (B) É vedado a qualquer pessoa provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações referentes a fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção.
- (C) A denúncia será obrigatoriamente antecedida pela instauração de inquérito policial militar, mediante portaria da autoridade de polícia judiciária militar ou de delegado de polícia civil.
- (D) A ação penal é pública, razão pela qual inexistente a previsão de requisição por parte do governo para instauração da ação penal para qualquer crime militar.
- (E) Apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá se retratar e desistir da ação penal.

QUESTÃO 49

A respeito da denúncia a ser oferecida pelo Ministério Público Militar, com base nas disposições contidas no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Se já estiver extinta a punibilidade, o juiz, antes de rejeitar a denúncia, mandará que o órgão do Ministério Público, dentro do prazo de três dias, faça preencher os demais requisitos da denúncia.
- (B) Deverá ser oferecida sem a apresentação de rol de testemunhas.
- (C) O prazo para o oferecimento da denúncia poderá, por despacho do juiz, ser prorrogado ao dobro; ou ao triplo, em caso excepcional e se o acusado não estiver preso.
- (D) Se o acusado estiver preso, deve ser oferecida denúncia dentro do prazo de 15 dias, contados da data do recebimento dos autos para aquele fim.
- (E) No caso de incompetência do juiz, a rejeição da denúncia não obstará o exercício da ação penal, desde que promovida por acusador legítimo a quem o juiz determinará a apresentação dos autos.

QUESTÃO 50

No que se refere à Polícia Judiciária Militar e ao inquérito policial militar, tendo em vista as disposições do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos militares das Forças Armadas investigados em inquéritos policiais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal, praticados no exercício profissional em missões de garantia da lei e da ordem, não se aplica a obrigatoriedade da citação a respeito da instauração do procedimento investigatório.
- (B) Compete à Polícia Judiciária Militar apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.
- (C) O inquérito policial militar tem o caráter de instrução provisória, inclusive exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas no Código de Processo Penal Militar.
- (D) Os autos do inquérito serão remetidos pelo encarregado ao Ministério Público Militar, órgão ao qual compete oferecer a denúncia ou ordenar o seu arquivamento, caso em que encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.
- (E) Quando o indiciado em inquérito policial militar for oficial da reserva ou reformado, prevalece, para a delegação do exercício da Polícia Judiciária Militar, que a designação recaia obrigatoriamente sobre oficial do mesmo posto, desde que mais antigo.

QUESTÃO 51

Em relação a juiz, a auxiliares e a partes do processo, de acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A suspeição não poderá ser declarada e nem reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou, de propósito, der motivo para criá-la.
- (B) O juiz dar-se-á por suspeito e, se o não fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes no processo em que seu cônjuge tiver atuado como advogado.
- (C) O juiz é considerado impedido de exercer jurisdição no processo em que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.
- (D) Os peritos e intérpretes serão de nomeação do juiz obrigatoriamente entre oficiais da ativa, razão pela qual não necessitam prestar compromisso de desempenhar a função com obediência à disciplina judiciária.
- (E) No Processo Penal Militar, não há previsão de hipóteses de impedimento ou suspeição de membros do Ministério Público, porque eles constituem órgão de acusação.

Área livre

QUESTÃO 52

Considere hipoteticamente que certo militar da ativa e sua prima civil planejaram praticar o crime de estelionato contra a Administração Militar. A civil lhe forneceria os respectivos dados bancários enquanto o militar, que trabalhava na Seção de Inativos e Pensionistas da Administração Militar, implantaria essa prima como beneficiária de pensão de um falecido militar. Assim o fizeram e, durante oito meses, a civil recebeu, em sua conta, mensalmente R\$ 10 mil a título de pensão, dos quais transferia para a conta do militar da ativa R\$ 5 mil. Dessa maneira, ambos obtiveram vantagem ilícita, mantendo a Administração Militar em erro, até que a Corporação descobriu a ocorrência do crime, bem como a autoria e a materialidade delitivas.

Nessa situação hipotética e tendo em vista a competência prevista para a Justiça Militar Estadual e para a Justiça Militar da União, é correto afirmar que, caso os fatos narrados tivessem sido praticados por militar

- (A) estadual contra a Administração Policial Militar, a Justiça Militar Estadual seria competente para processar e julgar tanto a civil quanto o militar da ativa pela prática de crime militar definido em lei.
- (B) estadual contra a Administração Policial Militar, o juiz de Direito do Juízo Militar da Justiça Militar Estadual seria competente para processar e julgar a civil pela prática de crime militar definido em lei.
- (C) do Exército contra a Administração Militar do Exército, a Justiça Comum Federal seria competente para processar e julgar tanto a civil quanto o militar da ativa pela prática de crime militar definido em lei.
- (D) estadual contra a Administração Policial Militar, a Justiça Militar Estadual seria competente para processar e julgar o militar da ativa pela prática de crime militar definido em lei.
- (E) do Exército contra a Administração Militar do Exército, a Justiça Militar da União seria competente para processar e julgar o militar da ativa, mas não a civil, pela prática de crime militar.

QUESTÃO 53

No que concerne ao procedimento da busca domiciliar e da busca pessoal, com base no previsto no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o morador estiver presente, o executor da busca domiciliar, desde logo, entrará na casa arrombando-a.
- (B) A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
- (C) A busca pessoal consistirá na procura material portas adentro da casa.
- (D) O termo “casa” compreende a habitação usada como local para a prática de infrações penais.
- (E) A busca pessoal somente será realizada se a autoridade policial dispuser de mandado judicial que indique a pessoa a ser revista.

QUESTÃO 54

Quanto ao processo de crime de insubmissão, conforme previsão contida no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Recebido o termo de insubmissão e os documentos que o acompanham, o juiz-auditor determinará sua atuação e dará vista do processo ao Ministério Público Militar a fim de que, de imediato, ofereça denúncia contra o réu, o qual será citado por edital, permanecendo revel até a sua apresentação ou captura.
- (B) Se o insubmisso for julgado incapaz em inspeção de saúde, será ele incluído apenas para fins de responder ao processo pelo crime militar de insubmissão.
- (C) Consumado o crime de insubmissão, o comandante, ou a autoridade correspondente, da unidade para que fora designado o insubmisso fará lavrar o termo de deserção.
- (D) Consumada a insubmissão de praça especial ou praça sem estabilidade, será ela imediatamente excluída do serviço ativo.
- (E) O insubmisso que se apresentar ou for capturado terá o direito ao quartel por menagem e será submetido à inspeção de saúde.

QUESTÃO 55

Em relação aos processos especiais de deserção de oficiais e de praças, em consonância com as disposições constantes do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) O oficial desertor que se apresentar ou for capturado deverá ser submetido à inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído.
- (B) Consumada a deserção de oficial, será ele imediatamente excluído do serviço ativo.
- (C) O oficial desertor será agregado, permanecendo nessa situação ao se apresentar ou ser capturado, até decisão transitada em julgado.
- (D) O oficial desertor que, submetido à inspeção de saúde, for considerado incapaz, ficará isento do processo e da inclusão.
- (E) Consumado o crime de deserção de praça sem estabilidade assegurada, a praça mais antiga da unidade lavrará o termo de deserção.

Área livre

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Questões de 56 a 60

QUESTÃO 56

A Lei nº 9.296/1996 regulamenta a interceptação telefônica durante a investigação criminal e na instrução processual penal. Além disso, mais recentemente, a referida lei regulamentou a possibilidade de se executar a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, buscando dar mais instrumentos para as autoridades desvendarem os fatos criminosos.

Com base no exposto e levando em consideração apenas as disposições previstas nessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A captação ambiental apenas pode ser utilizada para elucidar o fato criminoso no decorrer da investigação criminal.
- (B) No período da investigação ou instrução criminal, a captação ambiental somente será admitida quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes.
- (C) A captação ambiental, no decurso da investigação criminal, quando admitida, não poderá ser renovada, durando, no máximo, até 15 dias.
- (D) A captação ambiental somente poderá ser utilizada como meio de investigação em casos de infrações criminais cujas penas mínimas sejam superiores a quatro anos.
- (E) A referida lei não prevê, como crime, a captação ambiental realizada, no desdobramento da investigação criminal, sem autorização judicial, quando essa for exigida.

QUESTÃO 57

Considerando a Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e que estabelece uma série de meios de obtenção de prova, de acordo, exclusivamente, com o disposto no referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Em relação à colaboração premiada, prevista na lei, é um direito do colaborado cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.
- (B) A colaboração premiada está prevista na referida lei, podendo beneficiar o colaborador apenas com a redução da pena.
- (C) A ação controlada é um dos meios de obtenção de prova previstos na lei e consiste em retardar a intervenção policial à ação praticada por organização criminosa, sendo imprescindível, para tanto, a devida autorização judicial após parecer do Ministério Público.
- (D) A infiltração de agentes de polícia na organização criminosa será um dos primeiros meios adotados para investigar uma organização criminosa, sendo prescindível, para tanto, a demonstração de que a prova não pode ser produzida por outros meios disponíveis.
- (E) As tratativas relacionadas à colaboração premiada, efetuadas com o suposto autor do crime, poderão se desenvolver livremente, não sendo necessária a presença de advogado constituído ou defensor público.

QUESTÃO 58

Em relação ao procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995 acerca de juizados especiais criminais, levando em consideração a fase preliminar do procedimento, suponha que o autor do fato e a vítima consigam estabelecer um diálogo e decidam realizar a composição civil dos danos. Considerando as disposições dessa lei, quanto à composição civil dos danos, assinale a alternativa correta.

- (A) O referido instituto, em qualquer caso, encerra o procedimento criminal na sua totalidade, impedindo a sequência da instrução criminal.
- (B) A audiência preliminar do procedimento em que for realizada eventual composição civil dos danos será, obrigatoriamente, presidida apenas por juiz togado.
- (C) A eventual representação criminal do ofendido, caso seja necessária, somente poderá ser dada até o momento anterior ao da composição civil dos danos.
- (D) Caso a composição civil dos danos ocorra, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- (E) A composição civil dos danos prescinde de homologação judicial para produzir efeitos.

QUESTÃO 59

Considere hipoteticamente que um homem foi processado criminalmente por traficar pequena quantidade de droga, na medida em que foi flagrado fornecendo, gratuitamente, cigarros de maconha para seus amigos. Ocorre que, no curso do processo, foi produzido laudo pericial oficial, informando que essa pessoa, em razão da sua dependência química comprovada, era, ao tempo da sua ação, totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Com base nessas informações e de acordo com as disposições da Lei nº 11.343/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse homem não pode ser processado criminalmente por tráfico de drogas, pois forneceu drogas de maneira gratuita.
- (B) O juiz do caso deverá condenar esse indivíduo criminalmente como incurso nas sanções do art. 28 da Lei nº 11.343/2006, qual seja posse para consumo de entorpecentes.
- (C) Em razão do resultado do laudo pericial, esse homem será isento de pena.
- (D) Diante do que foi exposto, obrigatoriamente, esse indivíduo, caso seja condenado, terá uma redução de pena de um sexto a dois terços.
- (E) O acusado deverá ser condenado criminalmente por tráfico de drogas, conforme disposto no *caput* do art. 33 da referida lei, ficando sujeito a uma pena mínima de cinco anos e uma pena máxima de 10 anos.

Área livre

QUESTÃO 60

Quando um indivíduo dissimula a origem de valores provenientes direta ou indiretamente de infração penal, ele comete o crime de lavagem de dinheiro previsto na Lei nº 9.613/1998.

A respeito das regras relacionadas ao processo penal e aos crimes de lavagem de dinheiro, conforme as disposições da referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O acusado do crime de lavagem de dinheiro não poderá ser condenado pelo delito, caso desconhecido ou isento de pena o autor, ou se extinta a punibilidade da infração penal antecedente.
- (B) A tentativa do crime de lavagem de dinheiro não é punível.
- (C) Durante o procedimento, o juiz poderá, de ofício, decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, que sejam produto do crime, observando a vedação de decretar essas medidas em face de bens que estejam em nome de terceiros.
- (D) A competência para processar e julgar os crimes de lavagem de dinheiro é, exclusivamente, da justiça federal.
- (E) No processo por crime previsto na lei, caso haja citação por edital e o acusado não comparecer e nem constituir advogado, não haverá a suspensão do processo, prosseguindo o feito com a nomeação de defensor dativo.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, os textos a seguir.

Texto 1

A violência doméstica contra a mulher é uma realidade na sociedade e tem vitimizado mulheres de todas as classes sociais, profissionais de diversas carreiras, inclusive as militares. O crescente ingresso das mulheres nas carreiras militares e o consequente envolvimento afetivo com seus colegas de farda têm contribuído para uma demanda jurídica nessa seara. É necessária, portanto, a análise do tema relativo aos crimes militares decorrentes de violência doméstica, em busca de uma harmonização da lei penal militar e da ordem constitucional trazida pela Carta Magna de 1988, com o propósito de alcançar uma plena efetividade jurídica da norma penal militar.

No contexto de crime militar, à luz do art. 9º, inciso II, alínea a, do Código Penal Militar, destaca-se o caráter especial do Direito Penal Militar e suas peculiaridades, frente ao sistema de proteção especial dado à mulher pela atual ordem constitucional. A abordagem busca a efetividade jurídica da legislação penal militar, priorizando os princípios constitucionais em questão.

O tema é relevante, tendo em vista que a violência doméstica entre casais militares já se faz marcante, assim como a violência entre casais civis. Ressalta-se que ainda não há entendimento consolidado para uma solução jurídica do caso. O debate se faz necessário, pois a legislação penal militar não tem sido objeto de atualização na mesma proporção que a legislação penal comum, fato que compromete a eficiência do princípio da isonomia, considerando que cria desigualdades entre a mulher civil e a militar. Assim busca-se interpretar a legislação penal militar, de forma a compatibilizá-la ao máximo com o texto constitucional, preocupando-se em não criar desigualdades entre a mulher militar e a mulher civil, em razão da condição militar do seu agressor e ainda sem deixar de prestigiar o preceito constitucional da hierarquia e da disciplina militar.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao27.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2021, com adaptações.

Texto 2

Campanha incentivada a denúncia de violência contra a mulher nas farmácias do Pará

Uma campanha realizada pelo Poder Judiciário do Pará, em parceria com as farmácias, incentiva a denúncia da violência contra mulher. A ação da campanha consiste em desenhar um “X” na mão e exibir ao farmacêutico ou ao atendente de uma farmácia. Se a mulher está precisando fazer uma denúncia porque está em situação de violência, a farmácia vai tomar as providências. Os funcionários são apenas comunicantes do pedido de ajuda e precisam do auxílio da polícia militar para levar a vítima à delegacia de forma segura.

Segundo o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), a iniciativa já conta com a participação de quase 10 mil farmácias em todo o País. No Pará, a parceria está sendo feita com o Conselho Regional de Farmácia, que está fazendo chegar a campanha aos demais estabelecimentos.



Ações penais

De janeiro a maio deste ano, 5.771 casos de violência contra a mulher se tornaram ações penais no Poder Judiciário do Pará, ou seja, os acusados são réus em processos, nos quais a justiça aceitou as denúncias apresentadas de agressões. O quantitativo é menor que o registrado entre janeiro e maio de 2019, quando registrou 8.722 casos novos. Os dados da Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) e da Coordenadoria de Estatística do TJPA apontam que oito casos novos de feminicídio foram recebidos de janeiro a maio deste ano. São os casos ingressados no Poder Judiciário nesse período. No ano passado, foram 17 casos para o mesmo intervalo. Nos cinco primeiros meses de 2020, foram apresentados 34 inquéritos novos em crime de feminicídio em todo o estado. No mesmo período de 2019, foram 47 inquéritos sob investigação policial.

Serviço

O Judiciário do Pará disponibiliza, ainda, à mulher vítima de violência atendimento psicológico e orientações pelo WhatsApp. O serviço, desenvolvido pela Cevid do TJPA, disponibiliza quatro números, nos quais profissionais da equipe multidisciplinar das varas especializadas prestam acolhimento, encaminhamento e orientação virtual a mulheres agredidas via mensagem, chamada ou videochamada pelo aplicativo.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/26>>. Acesso em: 1º jan. 2021, com adaptações.

Considerando que os textos apresentados e os da prova de língua portuguesa têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo, na norma-padrão da língua portuguesa, acerca da reflexão a seguir.

Embora com Códigos Penais distintos, garantir que mulheres civis e militares sejam respeitadas e protegidas significa combater a violência de forma ampla, com hierarquia e disciplina, mas, sobretudo, com isonomia.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	